

## JOHN BROWN NA IMPRENSA PORTUGUESA (1859-1861)

Júlio Rodrigues da Silva

### Resumo:

O *raid* de Harper's Ferry John Brown de 1859 colocou a imprensa norte-americana e europeia, perante um acontecimento político-militar, com a capacidade de provocar uma guerra civil nos Estados Unidos. Neste artigo, analisamos do ponto de vista da imprensa portuguesa, as suas diferentes perceções e repercussões, permitindo compreender o impacto de uma forma de guerra irregular na opinião pública nacional.

**Palavras-Chaves:** Abolicionista; *raid*; escravatura; imprensa; liberdade.

### Abstract

The Harper's Ferry John Brown raid of 1859 put the North American and European press before a political-military event, with the ability to provoke a civil war in the United States. In this article, we analyze from the point of view of the Portuguese press, its different perceptions, and repercussions, allowing us to understand the impact of an irregular form of war on national public opinion.

**Keywords:** Abolitionist; *raid*; slavery; press; freedom

### 1. A ambiguidade cultural da personagem histórica.

A personagem trágica do abolicionista John Brown (1808-1859), tornou-se um símbolo da luta contra o escravagismo dos estados do Sul dos Estados Unidos, antes, durante e depois da Guerra Civil (1861-1865). O filme norte-americano “Santa Fé Trail” de 1940, relatando os trágicos de Harper's Ferry foi um exemplo do seu impacto na opinião pública americana do século XX. Ícone da cultura norte-americana dos anos 60 do século XX e da luta pelos

direitos civis manteve-se uma figura polémica até aos dias de hoje, não deixando ninguém indiferente. Foi sempre odiado pelos saudosistas da *Lost Cause* sulista, apresentando-o sob a forma de um terrível terrorista, de um sádico assassino, de um ladrão enfim, um criminoso psicopata responsável pelo despoletar da guerra civil. Em contrapartida, os defensores da União e os abolicionistas criaram um verdadeiro culto em torno da imagem irrepreensível de um lutador pela libertação dos escravos, uma espécie de santo puritano, um mártir que se sacrificou como um novo “Cristo” para “redimir” o povo americano do pecado da escravatura. Na biografia cultural de John Brown, David S. Reynolds salienta a importância destas imagens contraditórias ainda presentes na sociedade e na história americanas. Este facto não o impede de estabelecer as bases sobre as quais se pode construir um consenso sobre a vida e a pessoa de John Brown, assente na sua percepção de que estaríamos perante um reformador religioso malsucedido, responsável por crimes de guerra numa luta sem quartel contra a escravidão, marcado por um excessivo otimismo sobre a capacidade dos brancos ultrapassarem o seu racismo e de os escravos se revoltarem<sup>1</sup>. Assim sendo, torna-se possível evitar as posições extremas, abrir as portas a uma visão da figura de John Brown, livre da carga ideológica e passível de constantes distorções, inserindo-o na realidade histórica e cultural da sua época.

O impacto dos trágicos acontecimentos que conduziram à sua morte em 1859, transcenderam a realidade política dos Estados Unidos, tendo tido um forte eco na Europa, com especial incidência na Grã-Bretanha e na França, mas estando igualmente presente em todos os outros estados, incluindo Portugal. A imprensa nacional coetânea, não deixou de referir estes eventos e de fornecer a respetiva interpretação, apesar da distância física e cultural, que separava os dois países. A diversidade dos jornais portugueses da época caracterizada por múltiplas orientações políticas e ideológicas, resultantes da realidade histórica e política portuguesa dos anos 50 e 60 do século XIX, não impediu a valorização deste caso. As dificuldades de análise derivadas do facto de ser o produto de um universo cultural diferente, muitas vezes aparentemente incompreensível ou pelo menos difícil de decifrar, foram sendo progressivamente superadas. O ponto de partida foi o *raid* de Harper’s Ferry realizado por John Brown e os seus apoiantes entre 16 e 18 de Outubro de 1859. A operação militar visava permitir aos abolicionistas apoderarem-se do arsenal do exército federal, aí existente. O objetivo estratégico consistia em armar maciçamente os escravos do condado de Jefferson, provocando ou apoiando uma insurreição dos afro-americanos do estado da Virgínia, contra o *establishment* esclavagista. No entanto, John Brown formulou simultaneamente e como alternativa uma campanha com objetivos mais limitados. Com efeito, existia a possibilidade de optar por uma retirada das forças rebeldes com os novos apoiantes para as *Blue Ridge Mountains*

<sup>1</sup> REYNOLDS, David S., *John Brown, Abolitionist. The man who killed slavery, sparked the civil war, and seeded civil rights*, New York, Vintage Books, 2005, Vintage ISBN-13: 978-0-375-72615-6, Vintage ISBN-10: 0-375-72615-2, p.8-9.

(parte das *Appalachian Mountains*), onde seria estabelecida uma base permanente, desencadeando de seguida uma guerra de guerrilha contra os proprietários de escravos.

O plano definitivo não contemplou esta última hipótese, optando pelo excessivamente ambicioso projeto da insurreição generalizada na Virgínia. A execução operacional correu mal devido ao facto dos insurretos, não terem conseguido isolar o teatro de operações, permitindo a circulação dos comboios e dos civis. Assim sendo, os rebeldes foram descobertos demasiado cedo, despoletando uma resposta imediata das milícias locais e posteriormente dos *marines*. A crença numa adesão espontânea dos escravos mostrou ser uma total falácia, porque poucos afro-americanos estavam a par da operação. A maioria desconhecia totalmente a identidade e objetivos dos atacantes, não estando preparados para prestar qualquer auxílio aos rebeldes abolicionistas. A ilusão de John Smith levou-o a adiar a retirada do grupo para as montanhas, contando até ao último minuto com uma impossível rebelião. As forças combinadas dos *marines* e das milícias locais conseguiram facilmente assaltar a *engine house* do arsenal de *Harper's Ferry* onde se acolhiam os *raiders*, matando vários deles e capturando os feridos entre os quais se contava o próprio John Brown <sup>2</sup>.

O diferencial temporal e as dificuldades na receção das notícias, oriundas do outro lado do Atlântico, explicam o atraso na chegada a Portugal das descrições destes acontecimentos. O *raid* de John Brown decorreu entre 16 e 18 de Outubro de 1859, mas a primeira e sucinta informação, apareceu no *Comércio do Porto* somente a 4 de Novembro de 1859. Embora, a maioria dos periódicos tenha publicado relatos dos acontecimentos, ainda na primeira metade do mês de Novembro, o diário legitimista a *Nação* apenas o fez a 31 de Dezembro de 1859. Este lapso temporal permitiu diversas imprecisões e deu azo à interpretação acrítica ou errada do *raid*, motivada pelas falsas informações dos jornais americanos, principalmente oriundos dos estados esclavagistas. Estas limitações informativas permitem compreender, o facto do diário oficial do governo, o *Diário de Lisboa* tenha omitido na descrição do *raid*, a presença decisiva do líder do movimento o capitão John Brown e a constituição mista do grupo armado, no qual brancos e negros participavam numa situação de paridade <sup>3</sup>. Nesta perspetiva, o acontecimento ganhava uma dimensão arcaica, remetendo para o subconsciente coletivo americano e europeu e acentuando o medo das insurreições “selvagens” dos escravos. A revolta do Haiti na viragem do século XVIII (1791-1804) e a rebelião americana de Nat Turner em 1831,

<sup>2</sup> FIELD, Ron - *Avenging Angel. John Brown's Raid on Harpers Ferry, 1859*, First Edition, Oxford/New York, Osprey Publishing, 2012, ISBN: 9781849087575, p.31-63.

<sup>3</sup> “Em Harpers Ferry rebentou uma formidável insurreição. Os negros apoderaram-se do arsenal, intercetaram as comunicações pelo caminho de ferro, ameaçaram os condutores, e cortaram os arames do telégrafo. O número dos revoltosos é de 700 a 800 indivíduos. De Washington foram imediatamente mandadas tropas para o lugar da insurreição. [...]”, Anónimo, Parte Não Oficial – Notícias Estrangeiras, *Diário de Lisboa*, Lisboa, N.º 5, (05/11/1859), p.25

no Estado da Virgínia foram acontecimentos fundamentais, na construção do imaginário negativo do revoltosos afro-americanos. A realidade do movimento de John Brown era diferente, fazendo parte do moderno abolicionismo norte-americano dos anos 60 do século XIX, apenas se diferenciando por optar pela ação armada, em oposição às tendências pacifistas da maior parte dos seus componentes. A perceção da maior complexidade política da insurreição, esteve presente em pelo menos dois diários que admitiam a existência de um manifesto, contendo numerosas reformas políticas e administrativas a realizar nos Estados Unidos. Porém, os dois jornais não referiam as suas implicações sociais, nomeadamente a abolição da escravatura. Tratava-se de um mal compreendida referência à *Provisional Constitution* da autoria de John Brown, da qual se extraía alguma informação sem nunca nomear o seu autor. Assim, foi referido, pelo *Jornal do Porto* de 16 de Novembro de 1859. O mesmo aconteceu um dia depois com a *Opinião*.

A constatação do insucesso da revolta surgia nas páginas do *Diário de Lisboa* de dia 11 de Novembro de 1859, num breve telegrama sem grandes descrições da luta entre os revoltosos e as forças militares federais e milícias locais. Na verdade, uma descrição mais precisa só veio a emergir tardiamente nas páginas da *Nação*, mantendo os redatores do periódico a caracterização do movimento como uma insurreição de escravos, embora associando-a contraditoriamente com o movimento abolicionista norte-americano, ao considerar John Brown o seu líder. Assim sendo, os ecos iniciais destes acontecimentos foram relativamente incorretos na imprensa nacional, traduzindo-se numa distorção da informação transmitida aos leitores e à opinião pública. A aparente desinformação resultava da deficiência das fontes e não propriamente de um ato deliberado ou preconceituoso dos jornalistas portugueses.

## **2. A transfiguração do libertador dos escravos em mártir cristão.**

A situação foi essencialmente diferente, quando se tratou de descrever o julgamento e a execução de John Brown, tendo um impacto substancialmente maior, nos periódicos da época. A condenação à morte gerou um conjunto de expectativas, sobre a possível comutação ou perdão da pena, que alimentaram as notícias dos jornais, mesmo depois da sua execução a 2 de Dezembro do mesmo ano. O *Comércio do Porto* de 5 de Dezembro de 1859 traduziu bem estes sentimentos, explorando a contradição entre a imagem do herói/mártir e a do bandido/revolucionário. O jornal optou por privilegiar a figura da “encarnação da liberdade”, considerando-a predominante na América do Norte. No entanto, de forma aparentemente contraditória pressupunha uma crítica à democracia americana, considerada demasiado conservadora, ao confundir a defesa da moral e da propriedade com a proteção da instituição da escravidão. A valorização positiva da luta pela liberdade dos escravos de John Brown e dos seus companheiros surgiu, também, nas páginas de outro periódico portuense. Com

efeito, o *Jornal do Porto* salientava a trágica ironia da divisa do Estado da Virgínia ser *Sic semper tyrannis* ou seja, “assim sempre aos tiranos”. As figuras do escudo do mesmo estado simbolizavam a libertação dos americanos da servidão inglesa, em aparente contradição com o esmagamento pelos virginianos dos revoltosos abolicionistas, que queriam libertar os verdadeiros escravos da “tirania” dos seus senhores <sup>4</sup>. Na análise tardia da sua execução o periódico legitimista, a *Nação*, criticou igualmente a democracia e o republicanismo norte-americano por executarem um libertador dos escravos <sup>5</sup>.

No entanto, a inevitabilidade da execução era óbvia para os jornalistas portugueses, que não tinham qualquer dúvida sobre o desfecho trágico das vidas de John Brown e dos seus companheiros. O jornal oficial do governo português, o *Diário de Lisboa*, referia expressamente este facto na edição de 14/12/1859. O mesmo acontecia com a *Opinião* na edição do dia 15/12/1859, no *Jornal do Comércio* de 16/12/1859, no *Futuro* 16/12/1859, no *Português* na mesma altura e no *Jornal do Porto* no número de 17/12/1859. Nesta ambiência política, os periódicos portugueses traduziam a ansiedade crescente nos Estados Unidos, face à iminente execução de John Brown, salientando a *Opinião* no número de 14/12/1862, o receio das autoridades da Virgínia de uma possível tentativa armada de libertação, por parte dos abolicionistas. As notícias referentes à sua efetiva execução a 2 de dezembro de 1859, assumiam uma dimensão especial e deram origem a uma fascinação, aparentemente mórbida, pelos últimos momentos do condenado, mas característica de uma visão ultrarromântica da morte na época. Na realidade, o objetivo destes relatos consistia em realizar, gradualmente a transfiguração do proscrito no mártir cristão exemplar, precursor da futura libertação dos escravos. As informações referentes à sua morte demoram algum tempo a chegar a Portugal, surgindo pela primeira vez no *Diário de Lisboa* e no *Futuro* nas edições do dia 24/12/1859, difundindo-se gradualmente nos outros periódicos até à última informação do jornal *Parlamento* em 01/01/1860. De imediato, deu azo a uma espécie de culto, sendo o *Futuro* o primeiro a fazê-lo na edição do dia 24/12/1859, designando-o: “libertador dos escravos da Virgínia”<sup>6</sup>.

A imagem do mártir cristão, tão cara ao calvinismo puritano de John Brown, iria ganhando progressivamente importância na imprensa portuguesa. A *Opinião* de 29/12/1859 não deixaria de salientar essa dimensão da personagem. A definição das ações violentas de John Brown como algo excecional, destinar-se-ia a minimizar o aspeto negativo destas ações na nova imagem da personagem. O testemunho do jornal francês *La Presse* acentuaria esta tendência, ao valorizar o papel do sangue dos mártires na memória coletiva, considerando-o um elemento

<sup>4</sup> Leão, José Barbosa, Coutinho, A.R. da, Exterior, *Jornal do Porto*, Porto, N.º 233 (15/12/1859), p.2-3.

<sup>5</sup> Coronel, A. M.C. Lacerda, Testamento político do ano de 1859, *Nação*, Lisboa, N.º 3635, (03/01/1860), p.1

<sup>6</sup> Magalhães, José Estevão Coelho, Boletim Estrangeiro, *Futuro*, Lisboa, N.º 483, (24/12/1859), p.1

fulcral na libertação dos escravos <sup>7</sup>. A descrição dos últimos momentos e da execução de John Brown, ocupam um papel essencial na criação desta figura, apenas variando no tamanho e no pormenor das suas narrativas. A *Opinião* de 29/12/1859 forneceria uma das mais sucintas, salientando a morte exemplar definida em termos elogiosos através dos termos “valor e resignação”. As acusações de traição de John Brown aos seus companheiros, antes da sua morte, poderiam, igualmente, ter ressonâncias crísticas se nos recordarmos da traição de Judas. Duas narrativas mais desenvolvidas apareceriam de forma tardia, no primeiro dia de Janeiro de 1860 no *Parlamento* e no dia seguinte no *Porto e Carta*. No primeiro caso, o relato referiria de forma mais desenvolvida, que se tratava de um “desgraçado abolicionista”, expressão ambígua definindo a relativa marginalidade da personagem e gerando um sentimento de compaixão. O seu “estoicismo” perante a iminência da morte seria igualmente elogiado, salientando-se as cartas escritas aos amigos, onde não lamenta o fracasso da sua empresa. A descrição da última entrevista com a mulher, não demonstrando medo ou ansiedade, seria complementada por um toque humano, referindo o breve lamento pelos dois filhos mortos no *raid* de Harper’s Ferry. Todavia, a profundidade da dimensão cristã da sua vida, emergiria no perdão concedido aos seus antigos companheiros, apesar de o terem traído ao comportarem-se de forma vergonhosa durante o julgamento por não compreenderem a “santidade da missão”. O seu comportamento heroico revelar-se-ia ainda na coragem demonstrada perante o cadafalso e nos momentos finais da sua vida. No último caso, o *Porto e a Carta*, esforçava-se por fornecer uma versão extensa dos acontecimentos finais da vida de John Brown, mas o texto era igual ao do dia anterior do *Parlamento*, provavelmente uma reprodução resultante da afinidade política dos dois periódicos, no campo do cartismo <sup>8</sup>.

O texto mais completo e complexo pertenceria ao jornal oficial o *Diário de Lisboa* do dia 27 de dezembro de 1859, sendo copiado pelo *Comércio do Porto* no número do dia 29/12/1859, transcrito pelo *Nacional* de 30/12/1859 e finalmente pelo *Jornal do Porto* de 15/01/1860. O texto é igual nos quatro jornais com pequenas diferenças que não alteram o conteúdo, mas revelam nas introduções e títulos, a visão própria de cada periódico. A introdução do *Diário de Lisboa* dá-nos uma imagem do “suplício” de John Brown, apresentando-o como “o libertador dos escravos da América do Sul”. No caso, do *Comércio do Porto* a introdução é a mesma, acrescentando “um grande crime cometido por um grande povo” e uma frase de Vítor Hugo, acusando a república norte-americana de ser o carrasco de John Brown. A descrição do *Nacional* é semelhante embora, o título lhe desse uma entoação mais trágica e sentimental: “FOLHETIM – DESCRIÇÃO DO SUPLÍCIO DO INFELIZ BROWN, O LIBERTADOR

---

<sup>7</sup> Sampaio, António Rodrigues, Boletim do Dia, *Revolução de Setembro*, N.º 5296, (27/12/1859), p.1

<sup>8</sup> Silva, Jerónimo José da, O suplício de John Brown, *Porto e Carta*, Porto, N.º 1, (02/01/1860), p.3.

DOS ESCRAVOS DA AMÉRICA DO SUL qual teve lugar em Charlestown.”<sup>9</sup> . O *Jornal do Porto* apresentava um título semelhante: “VARIÉDADES – Suplício de Brown o libertador dos escravos da América do Sul.” e a introdução parecida: “Esta descrição apareceu publicada por despacho telegráfico no *Boston Journal*, e é pela forma que se segue: [...]”<sup>10</sup> .

Seja como for, o relato do *Diário de Lisboa* é sem dúvida o mais completo e, portanto, o mais importante, para compreendermos a imagem de John Brown na imprensa portuguesa. O texto tirado de um despacho do *Boston Journal* do estado norte-americano de Massachusetts, organizava-se de uma forma não cronológica em três partes, da seguinte forma: a primeira narrando a sua saída da prisão e a subsequente execução, a segunda referindo de forma extensa, o último diálogo com os seus antigos companheiros e a terceira descrevendo execução de maneira diferente da primeira e acrescentando novos pormenores elogiosos, para o condenado à morte. A estas três partes acrescentar-se-ia uma transcrição do *Times* dos seus derradeiros momentos com a mulher, acrescentando uma dimensão humana e moral a John Brown.

Começemos pela primeira parte referente à saída da prisão e dos preparativos para a execução. A descrição começava por valorizar a sua despedida dos antigos companheiros, aos quais se mostrava muito afeiçoado, com a exceção de Cook. Com efeito, acusou-o de o ter iludido, garantindo-lhe o apoio dos escravos, levando-o a pensar que estavam preparados para uma insurreição, o que era manifestamente falso e o fez cair num engano. Podia-se considerar, também, um elemento da construção crítica da figura de John Brown, revelando a traição de um outro “judas” na pessoa de Cook. Seguidamente apresentava-se a sua saída estoica da prisão com um ar tranquilo e amável, saudando as pessoas que conhecia, em oposição ao pesado dispositivo militar dos escravagistas. O efeito contrastante, era reforçado pela descrição da escolta, que o conduziu ao cadafalso, das tropas que rodeavam a forca, da barreira de baionetas afastando os cidadãos pacíficos. A descrição do estoicismo de John Brown, obrigado a esperar longos minutos com a corda ao pescoço, realçava a crueldade do suplício. O facto de a morte só ter sido declarada ao fim de trinta e cinco minutos, acentuava o dramatismo do seu calvário. No entanto, a retirada do corpo do cadafalso e o seu envio para a roça familiar era descrito de forma muito sintética, não despertando especial interesse. Na verdade, o mais importante era a crítica ao excesso das medidas militares, baseadas no falso boato de um ataque abolicionista.

Na segunda parte, narra-se de forma mais extensa a reunião entre John Brown e os seus companheiros, anteriormente referida. Em primeiro lugar, descrevia-

<sup>9</sup> Anónimo, FOLHETIM – DESCRIÇÃO DO SUPLÍCIO DO INFELIZ BROWN, O LIBERTADOR DOS ESCRAVOS DA AMÉRICA DO SUL qual teve lugar em Charlestown, Porto, *O Nacional*, N.º 295 (30/12/1859), p.1.

<sup>10</sup> Leão, José Barbosa, Coutinho, A.R. da, VARIÉDADES – Suplício de Brown o libertador dos escravos da América do Sul, Porto, *O Jornal do Porto*, N.º 12 (15/01/1860), p.4.

se a visita pacífica aos companheiros fiéis de que se despede com amizade, deixando-lhes o pouco dinheiro que lhe resta, incitando-os a portarem-se como homens. Seguia-se o encontro com os companheiros infieis Cook e Coppie, acusando-os de traição em Tribunal, embora perdendo ao último. Na terceira parte, regressava-se à execução, realçando o seu estoicismo, ao enfrentar a morte de forma heroica e serena, não demonstrando o menor medo. Salientava-se, igualmente, a forma amável e cordata com que se relacionou com as autoridades políticas da Virgínia, despedindo-se delas sem o menor ressentimento e mesmo com uma certa amizade como foi o caso do Sheriff Campbell. A descrição do estoicismo da mulher, reforçava esta imagem do mártir cristão, construída pela imprensa americana e portuguesa. A quarta parte, referente a uma transcrição do *Times* referia a entrevista final de Brown com a mulher, sob a supervisão próxima das autoridades, temerosas que lhe fosse fornecida estricnina. Contudo, o essencial consistia na descrição da relação especial entre marido e mulher, na prática um casal modelo, corajoso, normal ... muito normal. Aliás, o desânimo da Sr.<sup>a</sup> Brown teria sido ultrapassado pelo carinho e encorajamento exemplares de John Brown.

A personalidade, o comportamento durante o julgamento, a correspondência trocada com os amigos, a despedida dos companheiros e da mulher, as atitudes corajosas perante a morte, estavam de acordo, com uma vivência puritana e cristã. A sua autenticidade era considerada inquestionável, não surgindo como uma construção artificial, parecendo emanar naturalmente da maneira de ser e viver de John Brown. Estas descrições apagavam a anterior visão negativa de um protagonista da violência, um “terrorista” no sentido moderno do termo, que poderia ter provocado um novo Haiti no Sul dos Estados Unidos. De facto, a imagem transmitida era de um homem relativamente pacífico, cordato, amável, um homem de família, apenas movido por uma intensa fé cristã e puritana, tornando-o num mártir cristão, num libertador dos escravos.<sup>11</sup>

### **3. A democracia americana perante a consciência universal europeia.**

O apelo de Vítor Hugo em prol do perdão a John Brown, teve um grande impacto na imprensa europeia da época, não sendo a portuguesa uma exceção. O caso francês não deixou de ser paradigmático, ao revelar a importância da petição do renomado escritor e humanista francês, como é referido pelo historiador Stève Sainlaude:

“The other event that received major coverage was the struggle led by John Brown. A petition supported by Victor Hugo calling for leniency toward the Harpers Ferry assailant was widely publicized. From his island retreat, where he was ignorant of Brown’s fate, Hugo wrote on the day of Brown’s execution that, “viewed in a political light, the murder of Brown

---

<sup>11</sup> Anónimo, Notícias Estrangeiras, Lisboa, *Diário de Lisboa*, Nº 49, (27/12/1859), p.214-215.

would be an irreparable fault. It would penetrate the Union with a gaping fissure which would lead in the end to its entire disruption .... For – yes, let America know it, and ponder on it well – there is something more terrible than Cain slaying Abel: It is Washington slaying Spartacus!”<sup>12</sup> .

Em Portugal a difusão do pensamento e da obra de Vítor Hugo, aparecia muitas vezes na literatura e historiografia nacionais em relação com à Geração de 70. No entanto, a divulgação da sua obra literária na imprensa desenvolveu-se desde os finais da década de 30 e inícios da seguinte, tendo especial impacto nos meios intelectuais portuenses <sup>13</sup> . No período de 1860-1865, correspondente à Guerra Civil americana, a sua reputação estava bem estabelecida no meio literário e jornalístico nacional <sup>14</sup> . No entanto, a dimensão política, humanista e messiânica não se tinha ainda totalmente desenvolvido, sendo o apelo de Vítor Hugo a favor de John Brown, um momento de viragem na perceção deste autor, permitindo uma progressiva descoberta da dimensão militante, profética e política do mesmo<sup>15</sup>.

As informações referentes ao apelo de Victor Hugo de 2 de Dezembro de 1859, só foram conhecidas em Portugal cerca de 15 dias depois da sua execução. O desfasamento temporal, resultava do atraso com que as notícias chegavam a Portugal, devido às distâncias a percorrer em relação aos países europeus, sendo ainda maiores no caso dos E.U.A. Os jornais de Lisboa são os primeiros a noticiar esta iniciativa de Victor Hugo como é o caso do periódico oficial do estado português, o *Diário de Lisboa* em 15/12/1859, recorrendo a um despacho do jornal espanhol a *Correspondência de España*. A informação era semelhante nos outros periódicos lisboetas, quer no mais conservador *Revolução de Setembro*, afeto aos Regeneradores, quer no *Futuro*, mais próximo da extrema-esquerda liberal de José Estevão Coelho de Magalhães, ou ainda, na *Opinião* da esquerda liberal moderada. As notícias caracterizavam-se pela sobriedade e objetividade, tendo continuidade no dia seguinte (16/12/1859) no *Português*, próximo da esquerda

<sup>12</sup> “The press that was at odds with the imperial regime took Brown’s execution as a starting point to comment on slavery, drawing arguments from books on the “institution”, or refuting the contentions of those who defended a form of ownership that could not be accepted without law, justice, and human dignity. With war and the question of Confederate recognition, the “opposition” press urged France not to cooperate with a republic that maintained such an “anachronist practice.” The shame of it would be too high a price to pay to safeguard commercial interest.”, SAINLAUDE, Stève - *France and the American Civil War. A Diplomatic History*, First Edition, Chapel Hill: The University of North Carolina, 2019, ISBN 9781469649948, ISBN 9781469649955, p. 100-101.

<sup>13</sup> BRITO, António Ferreira de - A Escola do Porto e Victor Hugo (O Grupo de A Grinalda), In *Vítor Hugo e Portugal*, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987, p.91-119.

<sup>14</sup> MACHADO, Álvaro Manuel – *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, 1<sup>e</sup> Edition, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, p.323-328

<sup>15</sup> MEDINA, João, Aspetos da hugolatria portuguesa: A projecção política de Victor Hugo em Portugal, In *Vítor Hugo e Portugal*, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987, p.51-76.

liberal do partido histórico. O *Jornal do Comércio* e o legitimista a *Nação* foram os únicos periódicos de Lisboa, que ignoraram o apelo de Vítor Hugo. Os jornais do Porto repetiram o despacho anteriormente descrito nos jornais da capital na mesma data, dando-lhe especial relevância o *Jornal do Porto*, o *Comércio do Porto*, o *Porto e Carta* e sendo a única exceção o *Nacional*. O *Jornal do Porto* continuou a conceder relevância ao assunto no dia seguinte, referindo-se especificamente ao conteúdo deste apelo de Vítor Hugo e criticando a barbaridade dos Estados Unidos, ao condenar à morte o libertador dos escravos. Estas informações, emparelhando a luta pela liberdade dos escravos com a luta contra a pena de morte, dois dos grandes temas do humanismo de Vítor Hugo, foram desenvolvidas dias depois, tendo o *Nacional* na edição de 19/12/1859 transcrito a Carta de Vítor Hugo, posteriormente copiada e republicada pelo *Português* no dia 22 de Dezembro de 1859. A transcrição baseava-se numa tradução do texto em francês, ignorava a versão inglesa, era fiel ao original e centrava-se em torno das principais temáticas do humanismo de Vítor Hugo: o fim da pena de morte e a abolição da escravatura. Intitulada inicialmente “Letter to the London News regarding John Brown” e datada de Hauteville de 2 de Dezembro de 1859, foi reproduzida na imprensa europeia em vários idiomas, sendo publicada em francês pela primeira vez no jornal *La Presse* de 8 de Dezembro de 1859, endereçada “à tous les journaux libres de l’ Europe”, subtítulo inexplicavelmente ausente dos periódicos portugueses.

O texto estava organizado de forma circular, iniciando-se e terminando com a personagem tutelar da independência dos Estados Unidos: George Washington. O vencedor da guerra da independência e primeiro presidente dos Estados Unidos era a figura simbólica, que corporizava aos olhos dos americanos e europeus, a faceta mais autêntica, exemplar e heroica do povo norte-americano. A evocação da figura majestosa de Washington foi colocada no início do texto, para contrastar de imediato com a negação da liberdade no Sul dos Estados Unidos. A “pátria” de Washington não era só a terra da liberdade dos “livres”, era também pelo menos em parte a terra da escravidão dos escravos afro-americanos. Aqui, radicava o “caso” e a explicação da epopeia de John Brown, que ganhava um carácter excepcional, tornando-se um ato perfeitamente natural, o facto de um homem branco ter resolvido libertar os escravos “negros” da Virgínia, iniciando numa ambiência fortemente religiosa, a obra da “salvação”. O autor acentuava esta perspetiva religiosa e salvacionista, ressaltando as características específicas da sua personalidade: puritano, religioso, austero, fortemente marcado pela leitura do evangelho, claramente expressa na expressão *Christus nos liberavit* [Cristo nos livrou]. O seu espírito evangélico, tê-lo-ia levado a lançar um grito de liberdade aos escravos da Virgínia, infelizmente não correspondido devido à apatia dos mesmos, amolecidos por longos anos da escravidão. Abandonado de todos (como Cristo na hora final) a não ser de um pequeno grupo de fiéis, formado pelos filhos e correligionários mais próximos,

tinha combatido de forma heroica até ao fim, perdendo os dois filhos nesta luta, a que Vítor Hugo crismou de imediato como “Santos Mártires”, dando uma entoação cristã à epopeia de Harper’s Ferry.

Segue-se, uma súplica do seu julgamento e dos seus companheiros, descrita como apressada, malconduzida, baseada em falsos documentos e falsas testemunhas, resultando rapidamente em três condenações à morte, sendo característica de um regime despótico (a Turquia), mas não de um país civilizado como os Estados Unidos. A crítica desta decisão, perante a opinião pública europeia, traduzia-se num apelo à “consciência universal” da humanidade, juiz imparcial e severo destes atos tirânicos. O “mundo civilizado” não podia deixar de condenar as autoridades políticas e judiciais deste estado norte-americano, os proprietários de escravos e por extensão toda a população da Virgínia. O olhar da Europa fixava-se na América esperando e julgando ...tornando-se a imagem viva da “consciência universal”. Perante a iminência da execução e a expectativa de um adiamento, o autor considera chegado o momento de levantar a voz em defesa da vida de John Brown. O otimismo de Vítor Hugo levava-o a supor inevitável uma segunda suspensão da execução e finalmente o perdão. A esperança do autor na possibilidade da comutação da pena, resultava diretamente do facto, dos Estados Unidos serem uma “nobre terra”, um “país livre”, onde os sentimentos humanos rapidamente se difundiam.

Aliás, na perspetiva de Vítor Hugo, o que estava em causa, não era o “pequeno estado da Virgínia”, mas a “grande República Americana” e, por extensão, a própria imagem do republicanismo americano e europeu. A veneração e admiração pela república norte-americana suscitava esta profunda preocupação pelo facto dum pequeno estado, a Virgínia, poder vir a comprometer a imagem positiva dos Estados Unidos. Assim sendo, a intervenção federal era essencial para impedir que isto acontecesse, sendo totalmente legal, evitando que as ações desonrosas de um estado, se estendessem ao conjunto da república. A indignação generosa dos Estados do Norte não chegava para apagar o “opróbrio” do homicídio dos Estados do Sul, pois este punha em causa todos aqueles, que tinham como “pátria comum o símbolo democrático”. Adotando o conceito de “história incorruptível” avisava os americanos de que a “augusta federação do novo mundo” se tornaria numa “solidariedade sangrenta”, passando a identificar-se com o “laço da força” de John Brown. Este era descrito como um “libertador”, mas principalmente como um militante cristão, um “combatente de Cristo”, cuja morte ou assassinio era inadmissível. Os Estados Unidos era um país que pertencia com a França, a Inglaterra, a Alemanha aos “órgãos civilizadores”, excedendo a Europa em “arrosos sublimes do progresso”, “vértice de um mundo inteiro”, “imenso facho da liberdade” e por isso era horrível “a ideia de tão grande crime cometido por tão grande povo”. Do ponto de vista político, seria um desastre para a União, pois consolidaria “a escravatura na Virgínia” e destruiria a “democracia americana”. Do ponto de vista moral, seria ainda igualmente ou mais grave pois, significaria

“o assassinato do livramento pela liberdade”.

Nesta ambiência simultaneamente religiosa e humanista do idealismo filosófico e romantismo europeu, Vítor Hugo definia-se como um “átomo” de uma realidade maior, coletiva, de certa maneira transcendente, a “consciência humana”, implicitamente universal, implicando salvar a “lei moral e universal” e impedir um fratricídio semelhante ao Abel por Caim. O caso americano tornava-se, ainda mais grave, pois era Washington o autor da morte do novo Spartacus, identificado com o “mártir cristão”, John Brown. Os ecos desta carta de Vítor Hugo ultrapassaram o momento da sua publicação, reemergindo, após o conhecimento na Europa da execução de John Brown e o subsequente, repúdio generalizado da imprensa e opinião pública. O *Jornal do Porto* de 31/12/1859 constatou o engano de Vítor Hugo que pensou ser impossível tal acontecer num artigo publicado na Presse. No mesmo jornal, o jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, sob o pseudónimo Daniel, confirmou numa asserção humanista e cristã esta abordagem, dizendo, que ao contrário do que esperava Vítor Hugo, Washington tinha matado Spartaco. Todavia, acrescentava numa visão mais otimista do futuro, a inevitabilidade do triunfo da causa da emancipação dos escravos, pois “o sangue dos mártires fertiliza o campo das ideias”<sup>16</sup>.

#### **4. A persistência da memória de John Brown.**

A memória de John Brown emergiu no imaginário coletivo norte-americano, imediatamente após a sua execução, sendo o ponto de partida a análise da repercussão política do ataque a Harper's Ferry e a sua subsequente condenação. O periódico *Futuro* apercebeu-se deste facto no número de 1 de janeiro de 1860, referindo o pânico provocado nos estados escravagistas e as suas subseqüentes pressões sobre o Congresso norte-americano. Algo semelhante aconteceu com a *Nação* de 07/01/1860, ao relatar as convulsões produzidas no poder legislativo pela execução de John Brown, salientando a intransigência dos republicanos, a divisão em três tendências do Congresso e a impossibilidade de obter um consenso para a eleição do respetivo presidente. A memória de John Brown, também, estava presente nos lamentos referentes, à posterior execução dos seus companheiros de armas como é noticiado pelo *Futuro* de 10/01/1860 e replicado pelo jornal *Nacional* de 12/01/1860.

As repercussões da tragédia, não terminaram com a sua execução e dos seus companheiros, tendo um subsequente prolongamento na guerra civil americana de 1861-1865. Vítor Hugo tinha chegado a esta constatação em 1861, tendo sido a sua anterior ação em defesa de John Brown lembrada pela imprensa portuguesa, ao referir um anterior desenho de Vítor Hugo, reproduzido posteriormente pelo gravador M. Chensy. Neste contexto, tornava-

---

<sup>16</sup> Vasconcelos, António Augusto Teixeira de, (Daniel) - Correspondência política do Jornal do Porto, *Jornal do Porto*, Porto, Nº 247 (31/12/1859), Correspondências – Paris 19 de dezembro, p.2

se compreensível a transcrição da carta, que Vítor Hugo tinha dirigido a este último, no qual exprime a tristeza pelo facto da sua profecia sobre a divisão dos Estados Unidos, se ter realizado finalmente, embora valorizando de forma positiva a abolição final da escravatura<sup>17</sup>.

A *Revista Militar* na pessoa do seu articulista Major António Florêncio de Sousa Pinto, também reproduziu esta carta, embora parcialmente. No entanto, excluiu o apelo aos republicanos para cumprirem o seu dever e aos escravos para lhes recordar a sua liberdade. Provavelmente, a referência implícita à revolta não casava bem com as suas tendências monárquicas e não abolicionistas. A sua crítica aos países da “liberdade” implicava igualmente uma análise negativa dos regimes republicanos e do republicanismo<sup>18</sup>. A abordagem do *Jornal do Porto* de 11 de fevereiro de 1861 vai no mesmo sentido. António Augusto Teixeira de Vasconcelos no *Comércio do Porto*, ao referir a crise secessionista em curso e o óbvio risco da guerra civil, reproduzia as observações do abolicionista Wendel Philips, da sociedade abolicionista de Massachussets, lembrando John Brown<sup>19</sup>. A polémica em torno do ato radical de John Brown e o seu impacto nas sociedades ocidentais, americanas e europeias teve, também, um eco direto em Portugal em polémicas nas Cortes portuguesas da época, nomeadamente, a propósito da tentativa falhada de impor administrativamente a pena de morte aos escravos rebeldes em Angola, bastando uma decisão do governador, sem intervenção do governo de Lisboa e do rei, como estabelecia a Carta Constitucional de 1826. O *Jornal do Comércio* de 16/02/1860 era um extenuo opositor desta medida, utilizando-a para a atacar a memória de John Brown o libertador dos escravos da Virgínia.

A memória de John Brown estará bem presente nos posteriores acontecimentos de 1861, que conduziram diretamente à Guerra Civil Americana de 1861-1865. Nesta perspetiva, a ação do presidente Abraham Lincoln, nos dois primeiros anos do conflito entre unionistas e confederados, também foi avaliada em função dos acontecimentos trágicos de 1859. O presidente foi considerado essencialmente um moderado, que era incapaz ou não pretendia seguir as pegadas dos *spartakistas*, dos extremistas abolicionistas como refere o *Jornal do Porto* de 13/08/1861. Esta perspetiva foi reforçada pelo dilema de 1862, entre abolicionistas e moderados, sobre a libertação dos escravos dos estados

<sup>17</sup> Sampaio, António Rodrigues, (R. de S.), Política Externa, *Jornal do Comércio*, Lisboa, N° 2208 (08/02/1861), p.1

<sup>18</sup> Pinto, António Florêncio de Sousa, A tempestade cresce, *Revista Militar*, Lisboa, Tomo XIII, N° 15 (15/08/1861), p.486-487.

<sup>19</sup> «Descansa John Brown, mártir de Harper’s Ferry! O teu sangue não foi derramado em vão! E vós, almas de Lafayette e de Kosciuzko, exultai. A única nódoa que havia nas vossas espadas vai desaparecer. Em breve na América inteira ninguém terá poder, nem desejo de possuir um escravo.» Vasconcelos, António Augusto Teixeira de (Nabucodonosor), Correspondência particular do Comércio do Porto, *Comércio do Porto*, Porto, N° 18 (22/01/1861), Revista Política Estrangeira – Paris 14 de Janeiro de 1861, p.1.

rebeldes, que conduziu à proclamação de emancipação de 1863 tal como foi referido no *Jornal do Porto* de 13/02/1862.

Todavia, o mais importante era o facto dos fundadores do abolicionismo americano, no início da guerra civil americana serem identificados com John Brown e Beecher Stowe. O *Jornal do Comércio* de 18/07/1861 referiu este facto, não deixando de acrescentar a responsabilidade de ambos, na rutura entre o Norte e o Sul que conduziu à guerra civil. A situação repetia-se no mesmo periódico dois meses depois a 18/09/1861, mas numa perspetiva mais sombria dos acontecimentos e aparentemente negativa no referente aos unionistas e aos habitantes dos Estados do Norte, acusados de racismo. Nesta perspetiva, os verdadeiros abolicionistas, na linha de John Brown e Beecher Stowe são uma ínfima minoria sem peso real no universo político nortista. A mesma questão se colocou à *Revolução de Setembro* no número de 07/02/1863, quando condenava uma possível intervenção inglesa, na guerra civil americana a favor dos sulistas, sendo uma traição à memória de John Brown e aos abolicionistas ingleses como Clarkson e Wilberforce.

Finalmente, no término da guerra civil em 1865, o tema reemergiu a propósito do assassinio de Lincoln por John Wilkes Booth. A *Nação* e o *Jornal do Porto* referiram o “testamento” do assassino do presidente e as suas referências a John Brown. O primeiro transcreve uma tradução do mesmo, na qual este se refere “elogiosamente” a John Brown, sendo essencialmente um pretexto ou forma de legitimação e autoelogio do próprio John Wilkes Booth em 17/05/1865. Algo diferente acontece com o segundo periódico na qual uma apreciação crítica e escandalizada acompanhava o respetivo relato de 14/05/1865:

“«Estranha inversão de ideias!» - exclamava ele; e bem invertidas estavam as suas, quando abençoava a escravidão, como um benefício da providência, e não duvidava gloriar-se de ter contribuído para o suplício de John Brown.”

O carrasco de John Brown era um benemérito para o assassino de Abraão Lincoln! [...]”<sup>20</sup> .

O raid malsucedido de Harper’s Ferry de 1859, da autoria de John Brown e dos seus seguidores, produziu um terramoto político nos Estados Unidos e na Europa, tendo repercussões no período posterior da guerra civil norte-americana e condicionaram a opinião pública ocidental. A imprensa portuguesa da época na sua multiplicidade e diversidade, mostrou-se capaz de oferecer uma análise fundamentada dos acontecimentos, revelando à opinião pública nacional, a relevância de um acontecimento militar aparentemente marginal na evolução política dos Estados Unidos. Assim sendo, foi precursora de um pensamento estratégico moderno, ao valorizar a interligação entre as dinâmicas políticas e militares na evolução dos conflitos armados.

<sup>20</sup> Anónimo, Revista Estrangeira, *Jornal do Porto*, Porto, Nº 109 (14/05/1865), p.1

## **BIBLIOGRAFIA:**

BRITO, António Ferreira de - A Escola do Porto e Victor Hugo (O Grupo de A Grinalda), In *Vítor Hugo e Portugal*, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987.

FIELD, Ron - *Avenging Angel. John Brown's Raid on Harpers Ferry, 1859*, First Edition, Oxford/New York, Osprey Publishing, 2012, ISBN: 9781849087575.

MACHADO, Álvaro Manuel – *Les romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, 1<sup>o</sup> Edition, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

MEDINA, João, Aspectos da hugolatria portuguesa: A projecção política de Victor Hugo em Portugal, In *Vítor Hugo e Portugal*, 1ª Edição, Porto, Humbertotipo, 1987.

REYNOLDS, David S., *John Brown, Abolitionist. The man who killed slavery, sparked the civil war, and seeded civil rights*, New York, Vintage Books, 2005, Vintage ISBN-13: 978-0-375-72615-6, Vintage ISBN-10: 0-375-72615-2.

SAINLAUDE, Stève - *France and the American Civil War. A Diplomatic History*, First Edition, Chapel Hill: The University of North Carolina, 2019, ISBN 9781469649948, ISBN 9781469649955.

## **JÚLIO RODRIGUES DA SILVA**

Doutorado em História e Teoria das Ideias (1999) pela FCSH da UNL. Professor Associado da FCSH da UNL (2011-2022). Investigador Integrado e Membro do Conselho Científico do CHAM da FCSH da UNL (2013-2022). Investigador Colaborador do CEIS 20, da FLUC da U.C. (2007-2022). Membro Efectivo do Conselho Científico da CPHM (2007-2022).



## **Citar este texto:**

SILVA, Júlio Rodrigues da – John Brown na Imprensa Portuguesa (1859-1861). *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI)*. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano II, nº 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/QGGJ6167>